

13 JUL 1990

## Os votos do campo

Congresso

CORREIO BRAZILIENSE



Nós não temos como pedir voto no campo se não aprovarmos a lei de seguridade social, desabafava ontem o deputado Euclides Scalco, coordenador de uma campanha no Paraná, estado primordialmente agrícola. Essa preocupação, na verdade, é de todos os candidatos que dependem de votos nas áreas rurais. Eles querem desengavetar um projeto que já poderia estar aprovado mas que, por artes dos regimentos do Congresso, na melhor das hipóteses, será votado nas duas primeiras semanas de agosto. Por outras questões, também a ministra da Economia preocupa-se com esse projeto.

Há boas razões para que esse projeto seja cobrado aos candidatos à reeleição. Ele cumpre uma exigência constitucional ao determinar que nenhum benefício previdenciário será inferior ao salário mínimo, aí incluídas todas as aposentadorias. Hoje, são quatro milhões e 600 mil os aposentados do Funrural que sobrevivem com meio salário mínimo mensal. Outros sete milhões de pensionistas e aposentados também se beneficiarão, de uma forma ou de outra, com sua aprovação.

Os efeitos, aliás, vão além dos que já estão fora do mercado de trabalho. Várias centenas de milhares de eleitores — não se têm como saber o número ao certo — aguardam apenas que ele se transforme em lei para pedir também sua aposentadoria. É que, ao determinar que o benefício seja calculado sobre a média dos 36 últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, o texto garantirá um rendimento bem mais elevado.

Só que o projeto não anda. O artigo 59 das disposições transitórias da Cons-

tituição dava ao Executivo seis meses para encaminhá-lo ao Legislativo. Levou-se um ano. Dava ao Congresso outros seis meses para apreciá-lo. Já se vão nove meses.

Embora lentamente, a Câmara conseguiu chegar a um texto final. Segmentos importantes da esquerda não o aceitaram. O deputado Brandão Monteiro, ex-líder do PDT, tentou mandá-lo a um reexame pelo plenário, para atrelar todos os reajustes de contribuição ao salário mínimo. Isso levaria a um absurdo atuarial: as aposentadorias subiriam mais que os salários.

Contornadas essas objeções, o texto foi encaminhado ao Senado, que num primeiro momento concordou em apreciá-lo sob regime de urgência.

Passou a pesar, então, a posição do novo Governo. Embora não pretenda esquivar-se de sancioná-lo, o Planalto o observa com cautela. O aumento dos gastos da Previdência é muito grande, o que não se recomenda em um período de ecessão, quando a receita cai. De quebra, para financiar esses gastos, determina-se um reajuste na alíquota do Finsocial, vale dizer nos preços finais dos produtos e serviços. Prevenida, ontem mesmo, a ministra Zélia Cardoso de Mello disparou um aviso: a Previdência não será financiada com recursos do Tesouro e, se suas despesas aumentarem, quem as cobrirá serão empregados e empregadores, via reajuste das contribuições.

Para possibilitar um estudo mais profundo, informa Leite Chaves, os senadores governistas retiraram suas assinaturas do requerimento de urgência. Agora, porém, o quadro pode mudar. Um novo pedido já conta com 46 assinaturas, das 51 necessárias. Mesmo ligado ao Governo, Leite Chaves calcula que até 10 de agosto o projeto estará aprovado, devendo sofrer vetos apenas em dispositivos que versam sobre questões administrativas. Depois, é pagar a conta.